ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DOS ASSENTAMENTOS CAMPINA E CANAÃ (MATO GROSSO DO SUL - BRASIL)

ANALYSIS OF TOURIST ACTIVITY PARTICIPATION IN THE PRODUCTION OF SPACE IN THE CAMPINA AND CANAÃ SETTLEMENTS (MATO GROSSO DO SUL - BRAZIL)

ANÁLISIS DE LA PARTICIPACIÓN DE LA ACTIVIDAD TURÍSTICA EN LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO EN LOS ASENTAMIENTOS CAMPINA Y CANAÃ (MATO GROSSO DO SUL -BRASIL)

ISIS RODRIGUES REITMAN
Fac. Ciências Humanas/UFGD. Mestranda PPG em Geografia. Grupo de pesquisa Território e Ambiente (GTA/LAPET). Atual diretora da AGB-Dourados - isis_cica@hotmail.com

ÂNGELO FRANCO DO NASCIMENTO RIBEIRO
Fac. Ciências Humanas/UFGD. Doutorando PPG em Geografia. Grupo de pesquisa Território e Ambiente. Técnico do Laboratório de Geoprocessamento (FCH/UFGD). Filiado à AGB - angeloribeiro@ufgd.edu.br

EDVALDO CÉSAR MORETTI
Fac. Ciências Humanas/UFGD. Docente do curso de Geografia, responsável pelo LAPET e pelo grupo de pesquisa Território e Ambiente. Filiado à AGB - ecmoretti@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho, fruto de reflexões e debates do grupo de pesquisa Território e Ambiente (GTA), da Universidade Federal da Grande Dourados, busca compreender e analisar o desenvolvimento da atividade turística nos assentamentos Campina e Canaã, na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Nessa perspectiva, sendo o turismo uma fonte alternativa de renda e motor de produção e reprodução local, tentou-se compreender o significado político da construção deste espaço social, bem como o discurso ideológico de preservação e conservação a ele vinculado. Procurou-se, igualmente, identificar e analisar as estratégias e os arranjos que o capital incorpora em sua lógica, sempre com o intuito de se apropriar desta área conflituosa, que entrelaça diferentes formas e significações do espaço vivido, seja no plano da conservação, seja no plano turístico. Por fim, foi abordado, neste contexto, o problema do descaso do poder público em relação às práticas de sustentabilidade nos assentamentos, relegadas mediante a atenção dada aos grandes empreendimentos turísticos.
Palavras-chaves: assentamento, turismo, produção do espaço, conflito, sustentabilidade.

Abstract: The present paper is a result of discussions and reflections of the research group Territory and Environment of the Universidade Federal da Grande Dourados. Our objective was to understand and analyze the tourist activity development in the Campina and Canaã settlements in the protective boundary zone of the National Park Serra da Bodoquena, as income alternative and space production and reproduction engine, without disregard the politic significance and the ideological speech of preservation and conservation in the construction of this social space, so unequal and combined. Therefore, analyze and identify the strategies and arrangements that capital incorporates in your logic to appropriate this contentious area, which interweaves different forms and significations of the lived space, space of conservation and touristic space, where the government should promote the existent sustainability practices in the settlements, instead of supporting large tourism developments.
Keywords: settlement, tourism, space production, conflict, sustainability.

Resumen: El presente trabajo es resultado de las reflexiones y debates existentes en el grupo de investigación Territorio y Ambiente de la Universidad Federal da Grande Dourados. Buscamos entender y analizar el desarrollo del turismo en los asentamientos Campina y Canaã en la zona de amortiguación del Parque Nacional da Serra da Bodoquena, como una fuente alternativa de renta y del motor de la producción y la reproducción del espacio, sin dejar de lado la importancia del discurso político e ideológico de la preservación y conservación utilizado en la construcción de este espacio social, luego desigual y combinado. Por lo tanto identificar y analizar las estrategias y arreglos que el capital incorpora en su lógica de apropiarse de esta área conflictiva que entrelaza diferentes formas y significados dados al espacio vivido, espacio de conservación y el espacio turístico, donde el poder público debe promover prácticas de sustentabilidad existente en los asentamientos en vez de apoyar a las grandes empresas turísticas.
Palabras clave: asentamiento, turismo, producción del espacio, conflictos, sustentabilidad.

INTRODUÇÃO

A atividade turística, no Brasil, ganhou espaço no planejamento governamental nos finais do século XX, mais precisamente na década de 1990, com o Estado neoliberal. Foram garantidas, dessa forma, a produção e a reprodução do capital por meio de interferências territoriais sob a forma de políticas públicas de turismo. Conforme Cruz,

> liberalização e desregulamentação são dois traços marcantes do Estado neoliberal, traços esses que, naturalmente, se refletem sobre o setor do turismo, como, por exemplo, no que diz respeito ao transporte aéreo e a sua desregulamentação acontecida em meados dos anos 90. Mas, também, e sobretudo, no papel que passa a exercer o Estado brasileiro na produção do espaço nacional, por meio da adequação de partes eleitas do território, a um uso turístico. Este processo envolve a criação de um novo sistema de ações público e a implantação de novos sistemas de objetos bem como a recuperação (modernização) de sistemas pré-existentes. Desta forma, o Estado valoriza o espaço, tornando-o mais atrativo ao capital privado (Cruz, 2006: 9).

O interesse das esferas administrativas públicas brasileiras no desenvolvimento do turismo está vinculado às potencialidades que esta atividade possui na reorganização e na produção de territorialidades. Portanto, o olhar geográfico sobre a temática é de suma importância para se compreender e analisar os arranjos que o capital incorpora no espaço visando à sua perpetuação, assim como para identificar os interesses e os sujeitos envolvidos. Segundo Luchiari,

> lembrar que o turismo é uma atividade econômica que tem ganhado extrema importância na reorganização das territorialidades locais não é novidade. Refletir como o ócio, o lazer, o tempo livre e o turismo têm sido historicamente incorporados à esfera econômica e às mudanças no território é um pouco mais complexo (Luchiari, 2002: 1).

Para tanto, se usou como categoria de análise o território, tendo em vista as relações sociais, políticas, econômicas, ambientais e de poder presentes na construção de espaços turísticos, pois "a territorialidade mediatiza a relação entre os homens, e destes com

a natureza. Assim, podemos dizer que a apropriação da natureza, de certa forma, exterioriza a dominação entre os homens" (idem, p. 5).

As territorialidades socioespaciais criadas pelo turismo oportunizam o "desenvolvimento" das áreas possuidoras de atratividade, sejam elas naturais ou artificiais, reestruturando-as por meio da modernização da infraestrutura e da geração de emprego e renda para a população local. No cenário político, o discurso ambientalista é incorporado às políticas públicas de turismo e utilizado como uma das justificativas para a criação de unidades de conservação.

Entretanto, a territorialidade impulsionada pelo turismo reproduz espaços desiguais e contraditórios, já que, ao mesmo tempo em que constrói infraestrutura e gera renda, aumenta as discrepâncias entre as regiões e as classes sociais nelas inseridas. Todavia, esta é uma atividade seletiva, pois manifesta interesse específico pelos sujeitos e locais que participarão desta dinâmica e desconsidera as populações preexistentes nestes espaços, acarretando o crescimento do número de marginalizados e excluídos da lógica de (re) produção de lugares considerados sustentáveis.

A reordenação territorial desenvolvida pela atividade turística, no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena – e, principalmente, nos assentamentos Campina e Canaã –, é o objeto de estudo deste trabalho, que busca compreender e analisar os processos de territorialidades, desterritorialidades e reterritorialidades na construção do lugar. Conforme Luchiari,

> é imprescindível pensar o desenvolvimento local a partir do seu capital social. A resignificação do lugar, fortalecida pela organização da comunidade, é o ponto de partida para que tais comunidades possam reagir às forças do mercado. A gestão social do lugar trará, inclusive, a possibilidade de pensar a introdução da atividade turística como um processo de reterritorialização consentida, e não apenas como uma desterritorialização dos lugares – como é comum abordar em inúmeros estudos de caso (Luchiari, 2002: 13).

O assentamento Campina é singular face aos outros assentamentos presentes no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Isto ocorre devido ao desejo dos assentados de inverterem a ordem de "cima para baixo", imposta pelos programas de implantação do turismo na região, uma vez que acreditam que a organização e a autonomia da comunidade local poderão possibilitar ao assentado reagir frente às forças do mercado. Ao mesmo tempo, poderiam também decidir sobre a construção do espaço na coletividade, defendendo o direito às territorialidades já existentes e à cidadania nos lugares turísticos, ou seja, ao direito de permanecer na terra.

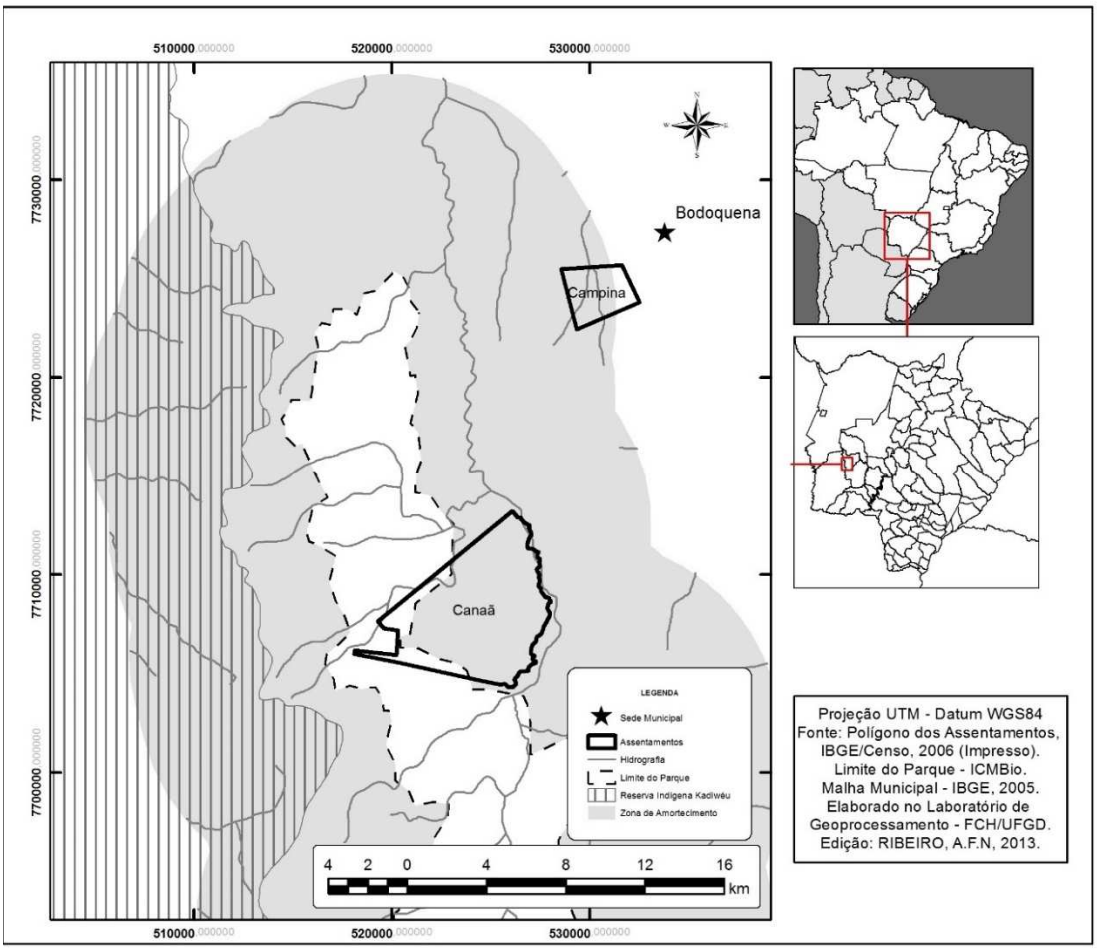
Já o assentamento Canaã apresenta uma configuração diferente, pois vários assentados deixaram seus lotes em busca de melhores condições de vida. Parte deles vendeu seus lotes para empresários locais, que instalaram infraestrutura para recebimento de turistas, como alojamento, restaurante, equipamentos para lazer e banho nos rios, entre outros. Aqueles que resistiram, por outro lado, não possuem recursos financeiros para investirem em equipamentos turísticos, não conseguem concorrer com os empresários e atuam como trabalhadores para os novos donos de terras. Vale ressaltar, neste contexto, que existem resistências, e alguns filhos de assentados tentam se manter na terra e participar do turismo como forma de renda.

Os Aspectos Ambientais E Econômicos Do Assentamento Campina

Este trabalho foi realizado no assentamento rural Campina, no município de Bodoquena, no estado do Mato Grosso do Sul, localizado na "zona de amortecimento"[1] do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB). A área em estudo representa uma região de conflitos, devido aos interesses divergentes entre

[1] Brasil, 1990. Considera-se o raio de 10.000m existente no entorno do perímetro delimitado pelo parque como zona de amortecimento.

assentados, unidade de conservação (UC), latifundiários e empreendimentos ligados ao turismo.



Mapa 1: Localização dos assentamentos Campina e Canaã, na zona de amortecimento do PNSB.

O assentamento Campina, indicado no mapa acima, está localizado no fragmento norte do PNSB, na região nordeste (superior/direita), próximo ao assentamento Canaã, à reserva indígena Kadiwéu e à cidade de Bodoquena. O Campina possui seu território dividido em duas porções em consequência do relevo acidentado, que se caracteriza por afloramentos rochosos, dado que uma morraria o divide. São eles: Campina I (76 lotes) e Campina II

(26 lotes), abarcando, ambos, um total de 102 lotes, conforme evidencia a fotografia 1, coletada durante a visita ao campo.



Foto 1: Morraria no assentamento Campina.
Autoria: Moretti, E. C., 2010.

A atividade econômica mais importante desenvolvida no assentamento é a criação de gado para o leite e para o corte. Outras atividades também são praticadas, tais como o cultivo da mandioca, da cana-de-açúcar, da banana, do pomar e da horta, além da criação de pequenos animais (galinhas, porcos, ovelhas e carneiros), que são relevantes para a manutenção da agricultura familiar, tanto na alimentação dos assentados como para a venda na feira livre, realizada aos sábados, no município de Bodoquena. Obtém-se, desta forma, a renda complementar.

A criação de carneiros, mesmo em pequena quantidade, é significativa, pois o carneiro fornece carne, lã e leite, é de fácil manejo e se adapta bem às estações de seca, presentes, sazonalmente, entre os meses de junho e setembro. A fala do assentado senhor Pedro[2] identifica esta alternativa:

[2] Optou-se pela metodologia de utilização de pseudônimos, ou seja, nomes fictícios para a identificação dos assentados. As entrevistas foram transcritas de forma a identificar as falas próprias dos entrevistados, portanto, não foram realizadas correções nem alterações em suas falas.

> *É minha mesmo* [a criação]. *Perdi vaca, esse ano. Perdi 10 vacas leiteiras por causa da seca. Eu arrendei um pasto perto da escola, aí lá tem um corguinho, atoledo, e aí elas atolou lá, num teve jeito. Desceu pra beber água e ficou atolada. Tenho 39 cabeças de gado pra começar a vida. A terra é pouca, aí eu arrendo o pasto. Carneiro tenho uns 50. Aí tenho que acabar com um pouco, porque tenho muito e minha terra é pouca.* (Entrevista, lote 4, 2010)

O solo predominante, no assentamento, é denominado de chernossolo,[3] segundo a classificação geral do solo. É caracterizado por desfrutar de uma fertilidade natural, possuir solos rasos e ter a presença significativa de rochas calcárias. Porém, a utilização deste solo para a pecuária, sem o manejo adequado, poderá ocasionar o seu empobrecimento, resultando na perda de produtividade ou na defasagem no armazenamento de água. Estes danos são gerados pelo pisoteamento do gado, que compacta o solo e o impermeabiliza, tornando recorrentes os processos erosivos e os afloramentos rochosos, como se pode ver nas fotografias abaixo.

[3] O aproveitamento agrícola do chernossolo é severamente prejudicado devido à proximidade do substrato rochoso com a superfície, determinando sua recomendação para preservação da flora e da fauna. Este tipo de solo é bastante limitado quanto ao uso e manejo em consequência da pouca profundidade e do alto índice de afloramentos rochosos (Cardoso et al, 2002; Ribeiro, 2010).



Quadro 1: Afloramentos rochosos no assentamento Campina.
Autoria: Andrade, S. R., 2010.

Conforme Ribeiro,

> ressalte-se o fato de que os limites do parque abrangem principalmente a formação Bocaina e os solos do tipo chernossolo, caracterizados por serem pouco desenvolvidos, com horizonte A chernozênico sobre a rocha calcária ou sobre um horizonte C derivado desta (Ribeiro, 2010: 84).

Identificou-se, durante a pesquisa, a produção de compotas artesanais com matéria-prima do próprio assentamento e utilização de frutas do cerrado. A confecção de produtos é realizada por meio da utilização de materiais do próprio lote, tais como caju, abacaxi, laranja, doce de abóbora, leite, rapadura, melado de cana, garapa e queijo. Todos são produzidos pelos assentados e revendidos na feira, aos sábados, e ajudam a complementar a renda das famílias. O

deslocamento, tanto dos assentados quanto de seus produtos, até a cidade de Bodoquena é realizado por um caminhão fornecido pela Prefeitura Municipal de Bodoquena.

> *Nós começamos com queijo. Tinha seis novilhas e uma vaca leiteira. Aí começamos a fazer queijo, depois, começamos a plantar. Plantei, caju, acerola, manga, abacaxi. E plantamos ramo de mandioca, canavial e inhapi.*
>
> *Fazíamos doce de leite, mas, agora, com a rapadura, não tem mais jeito, porque nós leva 40 a 50 rapaduras na feira. Aí, nós vende tudo, que é todo sábado, e levamos ovo também. (...) Ontem mesmo, chegou um trator de cana aí, nós já estamos moendo. Mas nós planta cana também. Mas ela ainda tá verde, aí estou deixando só para garapa e levo para a feira.*
>
> *(Entrevista com o senhor João, lote 29, 2010)*



Foto 2: Tacho de melado de cana preparado na fornalha à lenha.
Autoria: França, A. C., 2010.

Muitos assentados desenvolvem atividades fora de seus lotes, podendo estas ser realizadas na cidade de Bodoquena, em fazendas de gado das proximidades, ou até mesmo por meio da prestação de serviço, em lotes de outros assentados. Esta realidade é vivenciada pelo senhor Pedro e por seu filho, que trabalham em fazendas, assim como no caso da dona Nadir, que, apesar de trabalhar na lida com o lote, também atua como agente comunitária de saúde. Do primeiro, temos o seguinte depoimento:

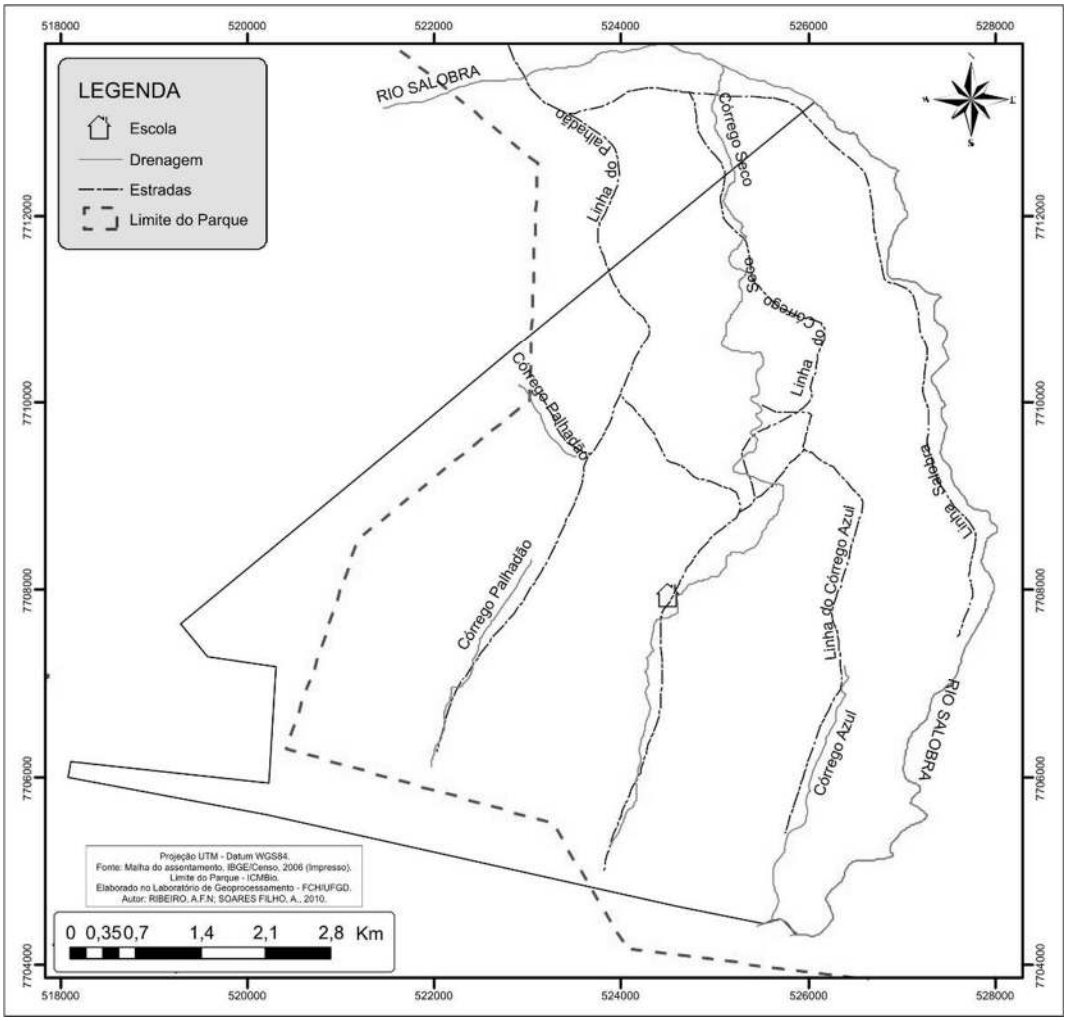
> *Sim, vendo na feira, no sábado. Dá pra levar a vida, né? Trabalho pra fora também. E, se fosse só com isso, não daria.*

> *Eu trabalho em fazenda. Sou eu, a mulher e três filhos. O mais velho trabalha na fazenda só, mas o menino trabalha, ajuda aí. Tem meu guri, que tá trabalhando na fazenda. Tá com três meses que ele foi pra lá, domando cavalo. Ele fez curso. Tá com uma fazendeira, a dona Didi, em Santa Rita. Tá bem, lá.* (Entrevista com o senhor Pedro, lote 4, 2010)

Os aspectos ambientais e econômicos do assentamento Canaã

O assentamento Canaã está localizado na região sudeste da porção norte do Parque Nacional da Serra da Bodoquena (mapa 1), no município de Bodoquena, no Mato Grosso do Sul. Este assentamento possui uma extensão de "4.360 hectares divididos em 248 lotes de 20 a 30 hectares cada, sendo 234 úteis e 14 comunitários" (Ribeiro, 2010, p. 21).

O Canaã foi criado em meio a três vales da Serra da Bodoquena – o principal deles é o vale do rio Salobra, com canyons e paredões que chegam, em alguns casos, a aproximadamente 200 metros (fotografia 3). Os demais vales são os do córrego Seco e do córrego Palhadão, conforme esquematizado no mapa abaixo.



Mapa 2: Distribuição do assentamento Canaã.



Foto 3: Paredão na Linha do Salobra.
Autoria: Ribeiro, A. F. N., 2010.

É importante destacar que, no Canaã, ocorre a sobreposição do PNSB ao assentamento. O parque, criado em 2000,4 incorporou áreas do assentamento (dos 248 lotes, 34 foram incluídos na área do parque nacional). Em alguns casos, a sobreposição é parcial, mas, noutros, o lote se encontra totalmente no interior da unidade de conservação.

Os assentados dessa área, por tais motivos, vivem em situação complicada, em consequência da formação do relevo acidentado e dos afloramentos rochosos, fato que impossibilita o cultivo da lavoura. Em alguns lotes, no entanto, a situação é ainda pior, pois não há nem estrada de acesso à localidade, nem rede de energia elétrica.[5]

Este assentamento é um dos exemplos claros de desrespeito para com a reforma agrária, pois, desde o início das desapropriações, era possível ao governo do estado indicar outra área para a ocupação dos assentados, vistas as condições do terreno desta propriedade, que varia de 148m de altitude, na calha do rio Salobra, a mais de 700m, na área de sobreposição do PNSB.6 Ou seja, mesmo que, na década de 1980, não houvesse técnicas para mapear o relevo e o solo, qualquer pessoa com a mínima noção de cultivo da terra saberia da inviabilidade para a agricultura em um terreno com essas condições. Vale ressaltar que, na área de sobreposição, pouquíssimos lotes ainda têm moradores. A maioria, de fato, já havia sido abandonada, não em decorrência de um problema de produção, mas, pior do que isto, pela falta de condições de moradia.

Pode-se pensar que, nessas afirmações, existe uma inversão de valores, pois, de acordo com Martins (1982), a reforma agrária deveria ser feita com a *terra de trabalho*, mas, neste caso, o Estado tentou transformar *terra de preservação* em terra de trabalho, algo que não gerou resultados satisfatórios, uma vez que

[4] O Decreto s/n, de 21 de setembro de 2000, concretizou a criação do Parque Nacional Serra da Bodoquena.
[5] Ribeiro, A. F. N.; Moretti, E.C., 2011.
[6] Início das ocupações do Canaã.

ela acabou por ser transformada em *terra de negócio* pelo sistema de exploração turística.

Os assentados que conseguiram permanecer nos lotes têm, como única alternativa, a criação de gado. O terreno acidentado, cujo solo apresenta pouca profundidade, aceitou de forma razoável a pastagem, o que, de qualquer maneira, vem permitindo manter alguns moradores nas áreas mais remotas do Canaã. A principal atividade desenvolvida no assentamento é, portanto, a pecuária de corte e leiteira. Em alguns lotes, nota-se a presença de carneiros (animais que, aliás, convivem bem com o gado). Por outro lado, as irregularidades do terreno dificultam o plantio, haja vista a presença de morros, encostas, vales e margens de rio.

De fato, o Canaã apresenta, em alguns pontos, uma declividade acima dos 45°, desrespeitando as normas estabelecidas pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012):

> Art. 4º – Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive.

O fato de a principal atividade ser a criação de gado, que demanda grande área para pastagem, deixa evidente outro problema: o desmatamento dos morros (em alguns casos, na sua totalidade), que pode ocasionar a erosão do solo (fotografias 4 e 5) e gerar transtornos em períodos chuvosos.[7]

[7] Para mais detalhes sobre a declividade e o uso do solo, no Canaã, consultar Ribeiro e Moretti (2012).



Foto 4: Morros totalmente desmatados e com pastagem.
Autoria: Ribeiro, A.F.N., 2010.



Foto 5: Processo erosivo em morro desmatado e com pastagem.
Autoria: Ribeiro, A.F.N., 2010.

A forte identificação que muitos assentados têm com o Canaã acaba por criar formas alternativas de se manterem na terra e nela buscarem o sustento. Em alguns casos, trabalham como empregados nas fazendas próximas, e, noutros, prestam serviços para a própria prefeitura de Bodoquena, tanto na área urbana, como na escola do assentamento, que fica a aproximadamente trinta quilômetros da cidade. Neste contexto, ocorre ainda um fato curioso: são arrendadas terras, no assentamento Campina, dado que estas apresentam mais condições de cultivo que aquelas do Canaã, num tipo de negócio que, muitas vezes, envolve moradores dos diferentes acampamentos, mas com uma relação familiar de parentesco.8

Após a criação do PNSB, tem surgido, de forma tímida, a exploração de atividades turísticas, em algumas áreas do assentamento. Um bom exemplo disto é a Linha do Salobra, um local que apresenta características próprias, com o rio de mesmo nome e um paredão que margeia todo o assentamento, na porção leste. Além dele, vários outros pontos de destaque existem, dentro ou nas proximidades do assentamento, cujas belezas diferenciadas surgem como um grande atrativo para as várias modalidades de turismo. Esta seria, de fato, uma solução viável e interessante para a geração de renda em benefício dos assentados, tendo em vista que

[8] Neste caso, podemos identificar a terra de moradia.

esta atividade estaria de acordo com o tipo de uso permitido pela zona de amortecimento do parque.



Foto 6: Poção – área próxima ao Canaã.
Autoria: Ribeiro, A.F.N., 2013.



Foto 7: Vista da Cachoeira Boca da Onça, no assentamento Canaã.
Autoria: Ribeiro, A.F.N., 2012.

Algumas agravantes, no entanto, impedem que os assentados se insiram nesta atividade. Em primeiro lugar, destaca-se a falta de recursos para investir em infraestrutura no lote que receberia os turistas; em segundo lugar, nota-se a falta de apoio do órgão governamental responsável pela assistência aos assentados; em terceiro lugar, é clara a precariedade dos acessos ao assentamento (em alguns casos, aliás, pode-se mesmo falar em "inacessibilidade").

Em face dessas dificuldades, não raro, alguns assentados acabam por vender seus lotes para empresas da área de turismo, que detêm recursos para montar estruturas adequadas. Neste contexto, muitas vezes, o assentado passa a trabalhar como guia ou até mesmo como caseiro destas empresas. É claro, por outro lado, que existem assentados que exploram o turismo no seu próprio lote, mas o fazem de forma amadora, com poucas condições reais de competir com os empreendimentos mais estruturados.



Foto 8: Pousada na Linha do Salobra.
Autoria: Ribeiro, A.F.N., 2010.

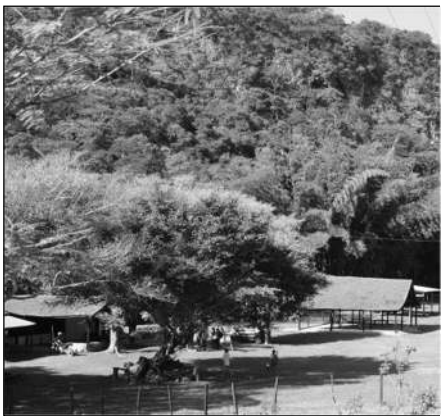


Foto 9: Lote de assentado que trabalha com turismo.
Autoria: Moretti, E.C., 2011.

Proximidade ou distanciamento entre os assentamentos Campina e Canaã

O assentamento Campina assemelha-se ao Canaã, tanto nos aspectos físicos, com a presença de solos rasos e rochas calcárias, quanto nos aspectos socioeconômicos de produção/reprodução do espaço. Ambos possuem como principal atividade econômica a pecuária leiteira e de corte, mas buscam na agricultura familiar condições para permanecerem nas suas localidades, "onde possam cultivar a terra e dela tirar seu sustento", considerando que "a reforma agrária não é vista como um movimento de redistribuição de terras, e, sim, como uma forma de vencer as desigualdades construídas ao longo da história" (Ribeiro, 2010, p. 36).

Os históricos de construção e consolidação dos assentamentos Campina e Canaã estão intrinsecamente ligados aos interesses políticos e econômicos das elites dominantes da época. No tempo de implantação dos assentamentos, houve a tentativa de impulsionar o "desenvolvimento" do município de Bodoquena, que passava por um período de estagnação. As terras eram devolutas do Estado, uma vez que os fazendeiros haviam vendido suas terras ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por um baixo

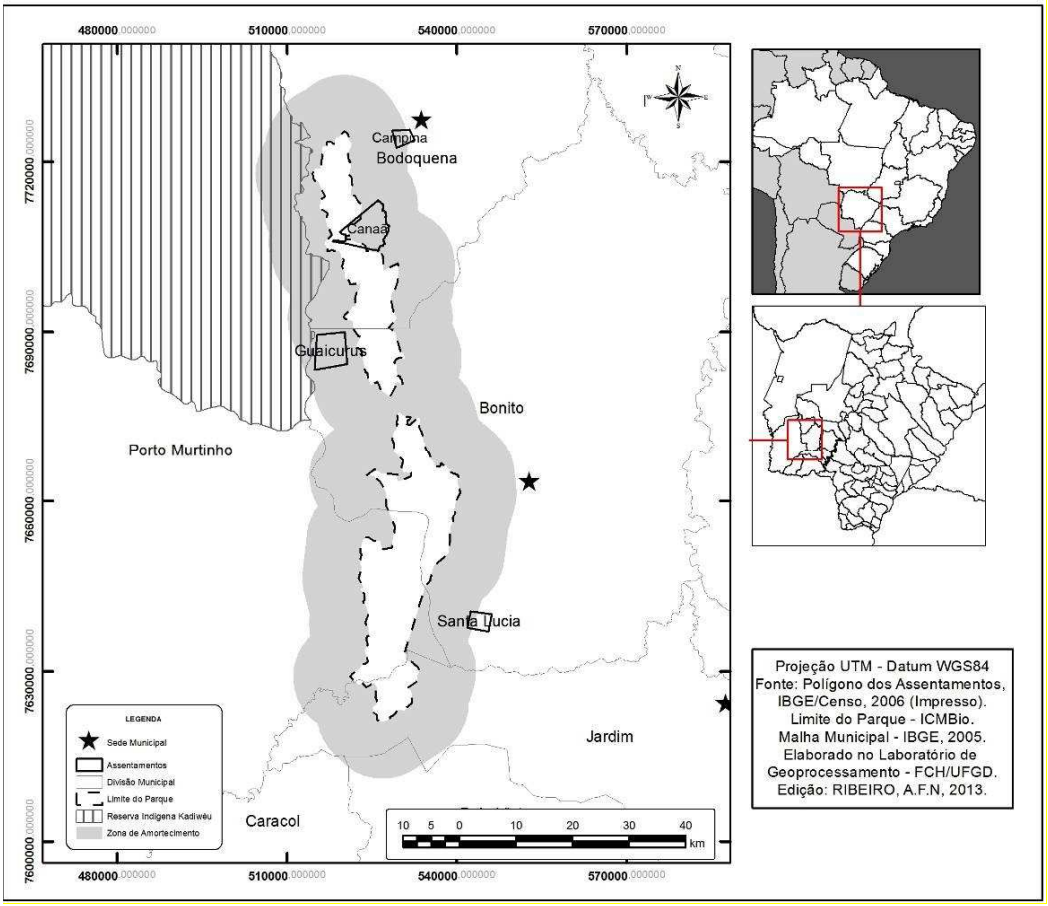
valor de mercado. Algumas hipóteses permeiam a criação desses assentamentos: uma delas fundamenta-se na necessidade de mão de obra para lavrar a terra; outra se justifica pela necessidade de retirada de madeira. De acordo com Ribeiro (2010),

> O início das ocupações na área do Canaã se deu nos primeiros anos da década de 1980, e, assim, vários embates, até que, em 1984, começou a ser emitida a permissão de uso da terra, sendo concluído o processo somente em 1985. De acordo com relatos de assentados do Canaã, os colonos ficaram sabendo que esta área não tinha dono. Assim, organizaram um grupo de 80 famílias e ocuparam a área, demarcando suas posses através de "picadas" em meio à mata fechada.
>
> Levando em consideração a forma como foram demarcados os lotes pelos colonos, no ano de 1986, o Instituto de Colonização e Reforma Agrário (INCRA) e o estado de Mato Grosso do Sul celebraram um convênio visando à medição, demarcação e regularização da gleba, procurando preservar as divisas já criadas pelos colonos para evitar confrontos (...) (p. 26).
>
> (...) Ainda na década de 1980, começaram as ocupações da área onde se consolidaria o assentamento Canaã, e, de acordo com informações de moradores da área, existia interesse do proprietário da área em se "livrar" da fazenda de baixo valor de mercado, e alguns proprietários vizinhos tinham interesse na instalação da colônia, pois a mão-de-obra na região era escassa. Outra hipótese das levantadas seria a exploração madeireira (Ribeiro, 2010: 92).

Podemos identificar, nas falas de entrevistados, as semelhanças entre os assentamentos, desde os seus processos de criação, conforme também descritos por dona Iracema e pelo senhor Joaquim, moradores do assentamento Campina e radicados na região antes mesmo da existência da gleba: "Moro aqui desde oitenta e seis [1986]. Era ainda fazenda. Trabalhei doze anos na fazenda, aí meu patrão vendeu pro INCRA, e eu fiquei aqui" (entrevista realizada em 2010).

Destacam-se, como já dito, em ambos os terrenos, certos aspectos físicos particulares, como "a intensa declividade e o elevado número de afloramentos rochosos". No Campina, por exemplo, os lotes 55 a 76 têm grande quantidade de rochas, e, por este motivo, só é possível alcançá-los com o auxílio de um trator. A relação entre esses assentamentos, aliás, se estreitou, com a criação do Parque

Nacional da Serra da Bodoquena, em 2000, transformando radicalmente o cotidiano de seus camponeses. Tal mudança ocorreu, sobretudo, pela sobreposição de lotes, o que restringiu o uso do solo. Outros assentamentos localizados na zona de amortecimento9 (mapa 3) também passam por restrições na produção dos lotes. São eles: Santa Lúcia e Guaicurus (Bonito).



Mapa 3: Localização dos assentamentos na zona de amortecimento do PNSB.

[9] Salientamos que, na zona de amortecimento (no raio de 10.000 m do perímetro delimitado pelo PNSB), as atividades humanas estão sujeitas a restrições específicas, obedecendo ao plano de manejo do parque, visando a minimizar os impactos antrópicos sobre a unidade (Lei n° 9.985/2000, Capítulo I, Art. 2, XVIII). Ver em Reitman, 2010.

A fala do senhor Pedro, do assentamento Campina, retrata bem essa restrição em relação ao uso da terra. Apesar do desejo de nela permanecer (e apesar de a terra se encontrar disposta em lotes sobrepostos, como ocorre com o parque no Canaã), a realidade o obrigou a migrar para o assentamento Campina, que se encontrava na fase de distribuição dos lotes:

> *Eu tenho lote lá, no Canaã. Tô esperando receber lá. Eu não posso fazer nada lá. Eu tenho dois lotes no parque: é o 236 e o 237. Agora, nós pediu outra terra, e eles não dá.*
>
> *É aí eu caí fora para cá. Não tinha o que fazer, não posso fazer nada. Aí, eu larguei lá. Eu não posso fazer nada, não posso derrubar. O pasto que tinha lá, virou tudo mata já. Tá mato verde, lá. Eu não mexi, não, ficou mata mesmo, madeira.*
>
> (Entrevista, lote 4, 2010)

Nessa perspectiva, a alternativa encontrada para as áreas na zona de amortecimento é o desenvolvimento da atividade turística, pois, segundo Batarce (2009, p. 25-26), "a característica ímpar da região são as águas cristalinas. A grande exploração realizada pela atividade turística está no recurso hídrico, sem contar as outras belezas naturais." Entretanto, a atividade turística, no entorno do parque, é praticada por empresários que possuem propriedades próximas ao local, como é o caso do Balneário e Hotel Fazenda Betíone e do empreendimento Boca da Onça Ecotour. Com a pavimentação asfáltica da rodovia MS 178 (que liga Bonito a Bodoquena), no ano de 2013, o avanço das empresas de turismo em direção a este município – e, consequentemente, aos assentamentos Campina e Canaã – foi intensificado.

A participação da atividade turística na produção do espaço, nos assentamentos rurais Campina e Canaã

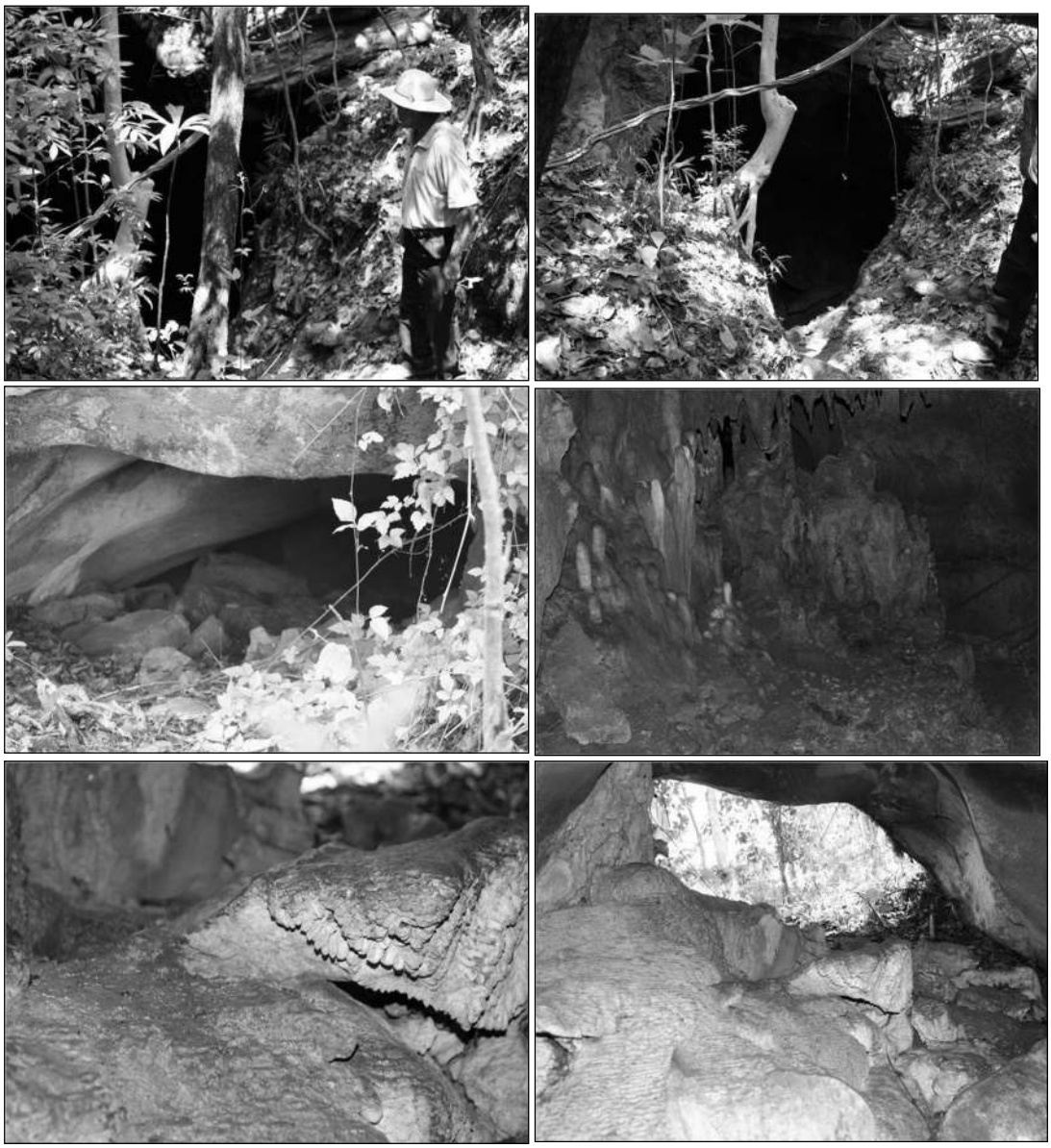
Os assentamentos possuem atrativos naturais, como cachoeiras, canyons, grutas, cavidades naturais, rios de águas cristalinas, paredões, sumidouros etc. Apesar de estas áreas serem

propícias ao turismo, os assentados têm pouca ou nenhuma participação nesta atividade, já que ela ou é realizada por empresários do ramo (sobrando, para os assentados, apenas o trabalho de guia ou caseiro) ou é realizada informalmente (neste caso, não são cobradas taxas ao visitante, e, quando isto ocorre, os valores são irrisórios se comparados àqueles determinados por empresas). Tal situação pode ser comprovada na fala de um dos entrevistados do assentamento Campina:

> *Vêm bastante* [turistas]*. Vêm aqui em casa, aí, nós levamos eles no balneário do Canaã, na Boca da Onça, aqui pelo assentamento mesmo, e na Cachoeira do Véu. Aqui, tem pouca gente que mexe com essas coisas de turismo.* (Entrevista com o senhor João, lote 29, 2010)

No assentamento Campina, os assentados demonstram interesse pela atividade turística, mas relatam a falta de infraestrutura para realizá-la. O trecho abaixo apresenta um morador que aborda esta realidade:

> *Gruta igual à minha não tem por aqui, não. Aqui, quem vê essa boca aqui, não dá nada por ela. Mas você entra aí, desce uns três metros, aí tem um córrego bem grandão, que passa por lá uns 22 metros, e tem muita água do córrego mesmo. Você entra por aí e sai por aí mesmo, só desce com equipamento.*
>
> *Tem que fazer uma escadaria para descer na gruta. Mas, agora, tá difícil. Aqui, amarra uma corda e desce, mas não tem muita água. Mas água tem naquela outra lá. Porque essa, aqui, é a cinco de ouro, tem 1 metro e 80 centímetros. Quando eu vim para cá, há uns cinco anos atrás, aquela pedra ali tinha caído. Só que ninguém mexeu. Ela embarrancou. (Entrevista com o senhor Antônio, lote 5, 2010)*



Quadro 2: Cavernas localizadas no assentamento Campina.
Autoria: França, A. C., 2010.

Outra forma de apropriação da terra por meio da atividade turística é a compra, pelas empresas, de lotes dentro do assentamento Canaã (os assentados já possuem a posse da terra) para a prática do turismo.

> Existem pessoas que compram lotes simplesmente para exploração econômica da terra, como no caso acima, em que

> empresários ligados ao turismo buscam no Canaã alternativas para exploração de mão-de-obra e das próprias belezas naturais, uma vez que a região é cercada de morros e rios de água cristalina (Ribeiro, 2010: 40).

A relação conflituosa entre assentados e empreendedores turísticos é intensificada com a consolidação do parque e a consequente valorização (como atrativo turístico) de locais como grutas, rios e florestas, identificados nos assentamentos. Ocorre pressão para a compra e venda de lotes visando à privatização de atrativos naturais, e, ao mesmo tempo, o controle sobre o uso desta atratividade é repassada para as empresas turísticas, excluindo a população local das decisões. Os grandes empreendimentos utilizam o discurso da sustentabilidade e reorganizam a produção do espaço, incorporando a atividade turística na lógica de mercado, por meio da utilização do prefixo eco (como em "ecoturismo"). Conforme aludem Mendes e Ferreira,

> alguns autores insistem em situar o surgimento do ecoturismo por volta dos séculos XVI e XVII, isto é, por ocasião dos deslocamentos de naturalistas em busca de informações sobre elementos da fauna, flora e sociedades humanas nas terras recém-colonizadas ao longo do processo da expansão europeia.
>
> Para outros, o ecoturismo se consolidou na inauguração dos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite (EUA), que receberam os primeiros ecoturistas (Castrogiovanni, 2004; Sousa, 1998). Esses parques são emblemas de um modelo de preservação ambiental severamente criticado devido ao seu aspecto excludente em relação ao componente social local. Soma-se a isso os efeitos negativos que a adoção desse modelo de preservação, mundialmente difundido, tem causado para as populações nativas que vivem dentro ou no entorno das áreas transformadas em unidades de conservação (Mendes e Ferreira, 2010: 2).

Os arranjos econômicos redefiniram, ao longo da história, os caminhos de dominação da natureza e receberam várias denominações, durante as diversas fases de sua metamorfose, tais como: "economia mercantil", "crescimento econômico", "desenvolvimento progressista", "desenvolvimento econômico", "economia verde", até chegar à ideologia do "desenvolvimento sustentável". Porém, sua essência não sofreu nenhuma alteração, e

continuamos a viver "essa cultura enquanto um conjunto de valores e significações que comandam as práticas sociais, forja a economia (mercantil) como dimensão central da vida" (Porto-Gonçalves, 2012). Compreendemos esta relação complexa de privatização, exclusão, apropriação, exploração, produção e reprodução de uma condição que se prende com algo que é vital, isto é, a terra. Na visão de Porto-Gonçalves (2012), devemos, sobretudo, encarar este problema "como dimensão central da vida".

Terra de trabalho, terra de sobrevivência, terra de luta[10] – são os *valores* e as *significações* que esse elemento fragmentado da natureza (a terra) recebe e pelos quais é reconhecida por outro fragmento da mesma natureza (o homem). Porém, parte deste todo (os camponeses assentados) é alienada desta realidade por uma ideologia dominante que não a reconhece como tal. Por outro lado, o latifundiário e o poder público veem a terra como oportunidade de negócio: de *terra de preservação* passa a *natureza fragmentada* e transforma-se *em natureza privatizada*.

A raiz dessa dominação ideológica e cultural está no pensamento ocidental, difundido no século XVIII com a Revolução Industrial, durante a economia mercantil capitalista, que fragmentou a natureza e a alienou do homem. De acordo com Porto-Gonçalves,

> com isso, o antropocentrismo se afirma, haja vista a idéia de dominação da natureza só ter sentido se pensamos a espécie humana fora dela. Afinal, se o homem, enquanto espécie, é parte da natureza, quem vai dominar o dominador? Com isso, se consagra a separação homem e natureza, que vai ser institucionalizada nas universidades de todo o mundo enquanto ciências humanas separadas das ciências naturais, como se fora natural. A dominação da natureza é parte desse projeto civilizatório que se funda numa pretensa universalidade da primazia do econômico sobre o social, sobre o cultural (Porto-Gonçalves, 2012: 3).

O poder público municipal e o grande latifúndio encontram no ecoturismo a "salvação" para espaços que antes eram

[10] Aqui, faz-se um paralelo com Martins (1982).

considerados áreas estagnadas. Apropriam-se, desta forma, do discurso e da propaganda veiculados pela economia verde, pelo desenvolvimento sustentável e pelo ecoturismo para produzirem novos espaços desiguais. A construção da territorialidade dos assentamentos Campina e Canaã reflete esses arranjos políticos-econômicos, revestidos do adjetivo "verde", para reproduzir a lógica capitalista de acumulação, pilhagem ambiental, consumo e lucro. Sobre o ecoturismo de mercado, Mendes e Ferreira (2010) argumentam:

> Ao mesmo tempo, o ecoturismo de mercado, baseado no pensamento econômico focado no lucro, beneficia principalmente aqueles que já estão integrados ao modelo hegemônico de crescimento econômico e que disponham de recursos financeiros para efetivar as mudanças estruturais do lugar turístico demandadas pelo ecoturista criado pelo mercado (Porto-Gonçalves, 2012: 7).

Portanto, assim como as intervenções políticas e as melhorias de infraestrutura (como, por exemplo, o asfaltamento da rodovia MS-178) têm o intuito de manter e reproduzir os espaços desiguais, a ordem perversa do capital se apropria das práticas sociais e as transforma em mercadoria, beneficiando aqueles que detêm o capital. Podemos identificar esta estratégia de expansão do capital gerado pelo ecoturismo na fala de um agrônomo da AGRAER.

> *(...) quando se aumenta uma estrutura e se cria um espaço de visitação, se cria toda uma demanda. Tem muita gente, aqui de Bonito, que já está investindo lá, comprando, pra fazer grandes áreas de pousadas e hotéis. Que, aí, com esse asfalto, fica uma coisa retirada. Vem visitar Bonito, e fica num hotel mais sossegado, tem essas ideias aí. Mas o turismo teria que desenvolver muita coisa, teria que trabalhar.* (Entrevista cedida em 27/10/2010)

Essa falsa ideia de que o turismo trará o tão sonhado "desenvolvimento" ao município de Bodoquena existe desde antes da implantação do PNSB. Nesta época, se tinha a ideia de que a presença deste setor ali tiraria a localidade do congelamento

econômico, vivido desde a decadência do café.11 No entanto, mesmo que o turismo possa lançar a possibilidade de inserção de Bodoquena no sistema capitalista, isto não significaria uma melhoria imediata na qualidade de vida das pessoas, dado que a maior "fatia deste bolo" iria, como sempre, para os grandes empresários, alheados à realidade local da terra.

Conclusão

Identificamos, durante esta pesquisa, que os saberes e o trabalho das comunidades locais foram excluídos do processo de produção do "espaço de conservação" nos entornos do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Um exemplo disto é o caso dos lotes sobrepostos pelo parque (em número de 34), no assentamento Canaã, assim como o caso dos assentados inseridos no entorno, que sofreram restrições no uso da terra. A desterritorialização caracteriza-se, assim, pela inviabilidade de reproduzirem seu modo de vida e sua relação com a natureza e pela consequente migração forçada dos proprietários dos lotes sobrepostos, mesmo que estes possuam a posse da terra.

O turismo no Campina é visto, pelos assentados, como fonte alternativa de renda e motor de produção e reprodução do espaço. Não se podem desconsiderar, por outro lado, a significância política e o discurso ideológico de preservação e conservação, utilizados na construção de um espaço social desigual e combinado. O desejo de inverter a ordem, para constituí-la de "baixo para cima", é o diferencial desse assentamento, que busca alternativas e possibilidades de firmar-se na terra por meio do turismo, rompendo com a lógica exercida pelo mercado e regularizada pelo poder político-econômico.

Esta pesquisa possibilitou identificar os interesses políticos inerentes à atividade turística, no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Neste contexto, embora a atividade se

11 Para aprofundamento nesse tema, ver Batarce (2004).

diferencie, no panorama atual, de assentamento para assentamento, o Campina se destaca por seu posicionamento divergente em relação ao de Canaã. O seu diferencial é, de fato, possuir o intuito de desenvolver a atividade turística dentro do assentamento, que é realizada, no entanto, pelos assentados, e não por empresários do ramo – ou seja, o morador tem o controle dentro de seu lote, como, por exemplo, no fluxo de turistas e nas atividades desenvolvidas (passeio, trilha, mergulho, cavalgada, taxa a ser cobrada por visitação etc).

Dessa forma, agindo ativamente e organizados politicamente, os assentados poderão construir um "espaço turístico" mais justo e solidário, que lhes permita permanecer na terra e reconstruir sua cidadania em relação ao "espaço vivido". Concordamos com Paes Luchiari (2002), quando afirma que é preciso valorizar a diversidade cultural e social de nosso território no que diz respeito às imposições de modelos econômicos impostos de "cima para baixo": "Esta escolha nos mostrará mais respostas do que o enclausuramento de remanescentes naturais e de grupos sociais economicamente privilegiados" (p. 13-14).

Portanto, executar políticas públicas de turismo alicerçadas no discurso de "turismo sustentável", sem considerar os fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais envolvidos na ordenação do território, certamente, reproduzirá espaços desiguais. A sustentabilidade social desejada pelos assentados somente será atingida quando conseguirem formas políticas de participação e decisão sobre a atividade turística nos assentamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATARCE, Ana Paula Archanjo. "Histórico da criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena". In: MORETTI, Edvaldo César (org.). *Território da conservação: o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.* Dourados-MS: Nicanor Coelho, p. 13-27, 2010.

_____. *Unidades de conservação e produção do espaço: o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.* Dourados-MS: UFMS, CPDO, 2004.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 19 jul. 2000. Seção 1, p. 45-48.

CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Resolução n. 13, de 6 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a área circundante, num raio de 10 (dez) quilômetros, das unidades de conservação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 1990, pag. 25541 (Revogada pela Resolução nº 428, de 2010).

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. "Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço." In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20100729092737/19cruz.pdf

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. "Turismo e território: sustentabilidade para quem?" In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. *Redescobrindo a ecologia do turismo.* Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo* [1ª edição: 1980] 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, 1991.

MENDES, Jaime Nogueira; FERREIRA, Marcos César. "Afinal, o que é ecoturismo?" In: *Geografia*, Rio Claro, v. 35, n. 2, p. 399-410, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Sustentando a insustentabilidade*. América Latina en Movimiento, 31 jan. 2012.

Disponível em: http://www.ecodebate.com.br/2012/02/01/sustentando-a-insustentabilidade-comentarios-a-minuta-zero-do-documento-base-de-negociação-da-rio20-artigo-de-carlos-walter-porto-gonçalves/

RIBEIRO, Ângelo F. do N. *As unidades de conservação e reforma agrária: o social e o ambiental no Parque Nacional da Serra da Bodoquena*. Dourados-MS: UFGD, 2010.

_____. "As faces da reforma agrária: o assentamento Canaã no município de Bodoquena, sudoeste de Mato Grosso do Sul". In: *Terra Livre*, São Paulo, v. 37, p. 10-20, 2012. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N37.pdf.

_____; MORETTI, Edvaldo César. "A relação de grupos sociais com o Parque Nacional da Serra da Bodoquena". In: *Ateliê Geográfico*. Goiás (UFG), v. 5, n. 2, p. 192-211, 2011.